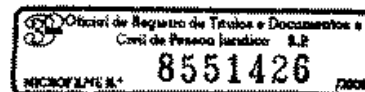


MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES QUIROGRAFÁRIAS NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA DA VICUNHA TÊXTIL S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **VICUNHA TÊXTIL S.A.**, companhia com sede no Município de Fortaleza, Estado de Ceará, na Av. Sargento Herminio, 2965, Bairro Presidente Kennedy, Cep 60350-502, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.332.190/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Debenturistas"),

(b) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

e, como fiadores ("Fiadores"):

(c) **ELIEZER STEINBRUCH**, brasileiro, viúvo, industrial, portador da carteira de identidade registro geral nº 1.183.783, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 018.004.698-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 1º andar; e

(d) **DOROTHÉA STEINBRUCH**, brasileira, viúva, industrial, portadora da carteira de identidade registro geral nº 4.328.916, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob nº 055.494.768-43, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Itacolomi 412, 12º andar.

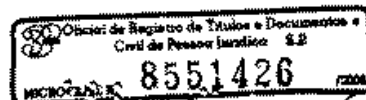
vêm, por esta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Garantia Fidejussória da Vicunha Têxtil S.A. ("Escritura de Emissão", a "Emissão" e as "Debêntures"), mediante os seguintes termos e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 25 de novembro de 2006 (a "AGE") e Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de novembro de 2006 (a "RCA") nos termos do

JUR_SP 3883416v3 3400.240456 PL1/49

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A Emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação da Ata da AGE e da RCA.

As atas da AGE e RCA foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") em 5 de dezembro de 2006, sob os n.ºs 20060760443 e 20060760435, respectivamente, e foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "O Povo/CE" e "Valor Econômico" em 8 de dezembro de 2006, nos termos da legislação em vigor.

2.2. Inscrição desta Escritura de Emissão

Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEC, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

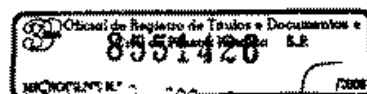
2.3. Registro das Garantias

Esta Escritura de Emissão, pela qual foi formalizada a Fiança (conforme definido abaixo), e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), pelo qual foi formalizada a Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), serão registrados nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, e da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para (i) distribuição no mercado primário no (a) Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo a subscrição liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), e (b) Sistema de Distribuição de Título ("SDT"), administrado e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário no (a) Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, e (b) no Bovespa Fix, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



2.5. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

A distribuição pública das Debêntures ("Oferta") será registrada na CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID")

A Oferta será registrada na ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, em atendimento ao Código de Auto-Regulação ANBID para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.7. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, é de R\$627.650.750,00 (seiscentos e vinte e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta reais), e o valor total da Emissão é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

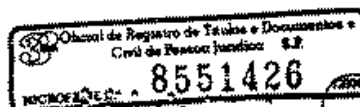
Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para alongamento do prazo de vencimento de dívidas bancárias da Emissora.

3.5. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a quinta emissão de debêntures da Emissora.

Handwritten signature and initials, possibly "A. T. M.", in the bottom right corner of the page.

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador das Debêntures para esta Emissão será o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário e Escriturador").

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado por meio do sistema do SND e do Bovespafix, observado o procedimento de distribuição previsto no §3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Quirografárias, não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 5ª Emissão da Vicunha Têxtil S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder" ou "Coordenador"), de acordo com plano de distribuição elaborado pelo Coordenador, que levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

4.1.2. A Oferta somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição pública das Debêntures ("Anúncio de Início") e a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto") aos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de dezembro de 2006 (a "Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

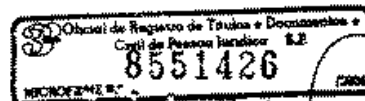
O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) (o "Valor Nominal Unitário").

4.4. Conversibilidade e Forma

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

4.4.2. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTB
Fortaleza - CE



extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido pela CBLC relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.5. Espécie e Garantias Adicionais

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirográfaria, com garantias adicionais real e fidejussória, na forma descrita abaixo.

4.5.2. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

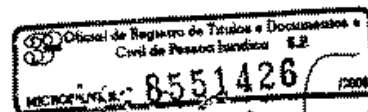
4.5.2.1. Para garantir o integral e pontual pagamento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora, pelo "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", cuja minuta é parte integrante desta Escritura como Anexo 1 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), de forma irrevogável e irretroatável, cedeu e transferiu fiduciariamente aos Debenturistas, representados no Contrato de Cessão Fiduciária pelo Agente Fiduciário, em cessão fiduciária em garantia, nos termos do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65 com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931/04, do Decreto Lei n.º 911/69, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse direta e indireta dos Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) presentes e futuros de que é e/ou virá a ser titular, bem como dos Títulos (conforme definido abaixo) que os representam e dos Boletos Bancários (conforme definido abaixo) por meio dos quais os Direitos Creditórios são cobrados, de exclusiva titularidade da Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, inclusive fiscais, limitados ao valor mínimo equivalente ao montante de juros e principal de dois pagamentos subseqüentes das Debêntures ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente").

4.5.2.2. A Emissora, no curso normal de seus negócios, tem como atividade principal a industrialização e a comercialização de produtos têxteis, incluindo, sem limitação, a produção de indigo, brim, malhas, tecidos artificiais e sintéticos, fibras e filamentos artificiais e sintéticos e fios (os "Produtos") e em decorrência da comercialização dos Produtos a seus clientes, a Emissora se torna titular de direitos creditórios ("Direitos Creditórios") representados por duplicatas físicas e/ou escriturais (os "Títulos"), cobradas por meio de boleto de cobrança bancário (o "Boleto Bancário" ou os "Boletos Bancários").

4.5.3. Fiança

4.5.3.1 Por esta Escritura de Emissão, os Fiadores neste ato se obrigam como fiadores e principais pagadores solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento integral e pontual das obrigações pecuniárias da Emissora referentes às Debêntures, renunciando,

MICROFILMADO
549373
Cartório Moreira Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, e nos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Fiança").

4.5.3.2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreende a dívida principal das Debêntures, acrescida da remuneração prevista na Cláusula 4.10, aí incluídos juros moratórios, multa convencional e outros acréscimos, inclusive quaisquer valores devidos aos prestadores de serviços nos termos desta Escritura (os "Valores Devidos pela Emissora"). Assim, responderão os Fiadores solidariamente, em caso de inadimplemento total ou parcial, da Emissora, como principais pagadores de toda e qualquer obrigação pecuniária decorrente da Emissão. A Fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável e vigorará, de qualquer forma, a partir da presente data até que as Debêntures sejam integralmente liquidadas pela Emissora ou, se vier a ser o caso, pelos Fiadores, ou até que sejam liquidadas as Debêntures no caso de vencimento antecipado das mesmas, o que ocorrer primeiro. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.), e por esta Escritura, requerer a execução da Fiança, se após verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento e/ou de não pagamento pela Emissora dos Valores Devidos pela Emissora. Nesse caso, os Fiadores pagarão ao Agente Fiduciário os valores devidos, no prazo de 1 (um) dia útil imediatamente após o recebimento de notificação por escrito a ser encaminhada para os seguintes endereços indicados no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

4.5.3.3. Os Fiadores deverão informar ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis qualquer alteração relativa aos endereços mencionados anteriormente.

4.5.3.4. A Fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável e vigorará, de qualquer forma, a partir da presente data até que as Debêntures sejam integralmente liquidadas pela Emissora ou, se vier a ser o caso, pelos Fiadores, ou até que sejam liquidadas as Debêntures no caso de vencimento antecipado das mesmas, o que ocorrer primeiro.

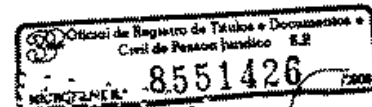
4.5.3.5. A presente fiança poderá ser exigida pelo Agente Fiduciário, em conjunto ou individualmente, quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos em razão da Emissão.

4.6. Preço, Prazo, e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos da CETIP, Bovespa Fix e CBLC.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



4.6.3. Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no Contrato de Colocação.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2011 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

A partir do 24º mês de vigência das Debêntures, inclusive, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 13 (treze) parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo, portanto, o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de dezembro de 2008 e o último, na Data de Vencimento.

4.9. Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

4.10. Remuneração

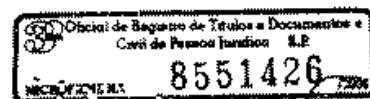
4.10.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, equivalentes à variação acumulada das taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de "spread" equivalente a 1,60% ao ano ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como "Remuneração"), de acordo com a fórmula abaixo. A Remuneração será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de março de 2007 e, o último, na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à respectiva data de pagamento.

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

J = valor da Remuneração devida ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTO
Fortaleza - CE



VNe = Valor Nominal Unitário para o primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI = produtório das Taxas DI (TDI_k), na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde: $k = 1, 2, \dots, n$

DI_k = Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondente(s) ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{N}} \right]^{\frac{DP}{DP}} \right\}$$

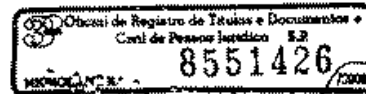
onde:

spread = 1,60;

N = 252;

Handwritten signatures and initials.

MICROFILMADO
549373
Cartório Moisés Correa 2º RTD
Fortaleza - CE



n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, ou a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

1ª) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

2ª) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3ª) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

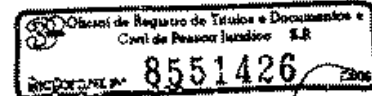
4ª) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.10.2. Observado o disposto nas Cláusulas 4.10.3 e 4.10.4 abaixo, se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.10.3. Em caso de ausência de divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii)

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo previsto na Cláusula Sétima desta Escritura), para deliberar, em comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, será utilizada, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.10.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, comunicar o Agente Fiduciário por escrito e publicar aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.19 abaixo, qual a alternativa escolhida:

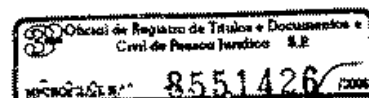
- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu conseqüente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. O resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures neste caso será a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.10.1 acima, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substitutiva definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de remuneração substitutiva seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

4.11. Repactuação

Não há repactuação programada para as Debêntures.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



4.12. Resgate Antecipado Facultativo

Não haverá resgate antecipado facultativo.

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

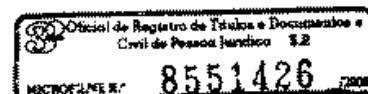
4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.14.1.1. e 4.14.1.2. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) (i) decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido pela Emissora ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, exceto a controlada Vanini Nordeste S.A.;
- (b) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei n.º 6.404/76;
- (c) descumprimento pela Emissora ou Fiadores de qualquer obrigação pecuniária relativa à Emissão, não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, ou dos Fiadores, em montante individual ou

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RID
Fortaleza - CE



agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, para o período ou, em caso de sua extinção ou não publicação, pelo índice que vier a substituí-lo por lei ("Índice");

- (e) protesto de títulos no valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice, por cujo pagamento a Emissora e/ou os Fiadores sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidora, salvo se, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) suspensão judicialmente;
- (f) ressaltado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, nas hipóteses em que a Emissora esteja em descumprimento de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (g) não cumprimento de qualquer decisão, sentença ou acórdão judicial, ou decisão arbitral com trânsito em julgado em julgado contra a Emissora, suas controladas diretas ou indiretas, ou os Fiadores em valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data estipulada para pagamento, sendo esse valor atualizado anualmente, de acordo com a variação do Índice, exceto se essa decisão, sentença ou acórdão judicial, ou decisão arbitral, conforme o caso, cujo valor seja líquido e certo e sobre cujo valor e pagamento não caiba qualquer recurso, ação judicial, impugnação ou embargo que, em qualquer caso, suspenda a execução, (i) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is) ou (ii) for garantida por ativos suficientes da Emissora, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos desta alínea (ii), seja aceita pelo juízo competente;
- (h) caso as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Cessão Fiduciária nas suas respectivas datas, provem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas, de maneira que afete o cumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (i) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em um prazo de 15 (quinze) dias contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (j) o não cumprimento pela Emissora de suas obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária não sanado no prazo previsto no referido Contrato, ou caso o Contrato de Cessão Fiduciária (i) seja objeto de questionamento judicial, de maneira que afete o cumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão; (ii) não seja devidamente constituído; (iii) seja anulado; ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindido; e

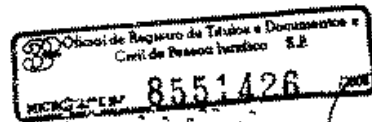
MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



- (k) alteração do objeto social da Emissora de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (l) alteração, direta ou indireta, do controle acionário (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, das suas controladas diretas ou indiretas;
- (m) aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora (aplicável apenas quando a Emissora for a incorporada) ou das suas controladas diretas ou indiretas, observado que o disposto nesta alínea não se aplica, às operações de incorporação, fusão ou cisão da Emissora (aplicável apenas quando a Emissora for a incorporada) ou das suas controladas diretas ou indiretas, se (i) as empresas controladas, diretas ou indiretas forem parte do mesmo conglomerado econômico-financeiro da Emissora; (ii) a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (iii) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação da(s) ata(s) da(s) assembleia(s) geral(is) relativa(s) à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento;
- (n) a redução do capital social da Emissora, nos termos do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei n.º 6.404/76;
- (o) se a Emissora tomar novos financiamentos junto a instituições financeiras, com exceção (i) de operações de curto prazo (inferior a 270 (duzentos e setenta) dias), com o exclusivo objetivo de financiar o giro operacional da Emissora (estoques e contas a receber) desde que tais operações de curto prazo sejam contratadas sem a concessão de garantias pela Emissora; e (ii) empréstimo já aprovado junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, no montante máximo de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), cujas garantias a serem prestadas pela Emissora compreendem hipoteca das unidades fabris da Emissora IV (Sargento Hermínio), V (Sargento Hermínio), VII (Parque Industrial Têxtil de Paulista) e VIII (Simões Filho) e alienação fiduciária de máquinas e equipamentos objeto do financiamento;

Handwritten signature and initials.

MICROFILMADO
549373
 Cartório Morais Correia 2º RTD
 Fortaleza - CE



- (p) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros") apurados a partir de junho de 2007 e revisados trimestralmente por auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro:

Covenants	2007	2008	2009	2010
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	$\leq 3,35$	$\leq 3,35$	$\leq 2,85$	$\leq 2,85$
EBITDA/Despesa Financeira Líquida	$\geq 1,15$	$\geq 1,15$	$\geq 1,40$	$\geq 1,40$
Dívida Financeira Líquida/Contas a Receber de Clientes	$\leq 1,80$	$\leq 1,80$	$\leq 1,80$	$\leq 1,80$

onde:

EBITDA - é o somatório do lucro operacional consolidado da Emissora referente aos 4 últimos trimestres sociais antes de deduzidos (i) o Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, (ii) a depreciação e as amortizações, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias e (v) o resultado não operacional, apurado de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. Excepcionalmente para a apuração referente ao período encerrado em junho de 2007 deverão ser considerados os EBITDAs dos 2 primeiros trimestres de 2007 multiplicados por 2. Para a apuração referente ao período encerrado em setembro de 2007 deverão ser considerados os EBITDAs dos 3 primeiros trimestres de 2007, divididos por 3 multiplicados por 4.

Dívida Financeira Líquida - é o endividamento financeiro, incluindo os valores referentes a desconto de duplicata, operações de vendor, cambiais descontadas ou qualquer operação de igual natureza, deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora, apurado de acordo com as mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

Despesa Financeira Líquida - são as despesas financeiras consolidadas da Emissora deduzidas das receitas financeiras consolidadas da Emissora, referente aos 4 últimos trimestres sociais, apurado de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora. Excepcionalmente para a apuração referente ao período encerrado em junho de 2007 deverão ser considerada a Despesa Financeira Líquida dos 2 primeiros trimestres de 2007 multiplicados por 2. Para a apuração referente ao período encerrado em setembro de 2007 deverão ser considerada a Despesa Financeira Líquida dos 3 primeiros trimestres de 2007, divididos por 3 multiplicados por 4.

Contas a Receber de Clientes - são os valores a receber pela Emissora, a curto e/ou longo prazo, oriundos de vendas a prazo a clientes e provenientes das demais transações da Emissora, apurado de acordo com as mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

(q) se qualquer um dos Fiadores alienar ou onerar seja a que título for, gratuita ou onerosamente, parte ou a totalidade do patrimônio detido nesta data pelos Fiadores, desde que tal(is) ato(s) acarrete(m) mudança no atual estado econômico-financeiro de qualquer dos Fiadores e possa(m) afetar a capacidade de pagamento dos valores devidos em razão das Debêntures.

4.14.1.1. O Agente Fiduciário deverá declarar automaticamente o vencimento antecipado das Debêntures nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" "c", "m" e "n" da Cláusula 4.14.1 acima.

4.14.1.2. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula 4.14.1. acima (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 4.14.1.1 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período para sanar a inadimplência, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Se, nas referidas assembleias gerais de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, das referidas assembleias gerais de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu conseqüente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora. As Debêntures resgatadas em decorrência do vencimento antecipado serão canceladas.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i)



MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.15 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e CBLC. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e CBLC terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário e Escriturador.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

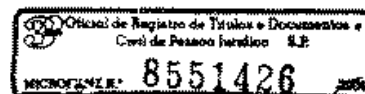
4.19. Publicidade

Exceto o Anúncio de Início, o anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento"), o aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM n.º 400/03 e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados nos jornais "O Povo/CE" e "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais "O Povo/CE" e "Valor Econômico", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, de 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso. A Companhia poderá alterar os jornais acima por outros jornais de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, nos jornais a serem substituídos.

4.20. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.21. Liquidez e Estabilização

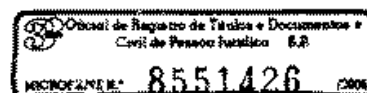
Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (ii) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias do término de cada exercício social, e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre social, declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
 - (iii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre social, relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas realizadas para cálculo dos Índices e Limites Financeiros;
 - (iv) dentro de 10 (dez) dias qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
 - (v) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
 - (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.19 acima;
 - (vii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de

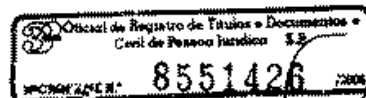
MICROFILMADO
549373
Cantório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (viii) trimestralmente informações referentes ao EBITDA, Dívida Líquida Financeira e Despesa Financeira Líquida da Emissora, conforme definições da Cláusula 4.14.1, item (p) desta Escritura; e
- (ix) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra ("f") abaixo;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 4.14. desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora ou de suas subsidiárias que impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

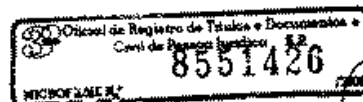
MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



- (j) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atuam;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (l) cumprir, de acordo com seu melhor entendimento, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação SND;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) aplicar os recursos obtidos na Oferta conforme determinado na Cláusula 3.4., bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;
- (p) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e para os quais adequadas reservas tenham sido constituídos de acordo com as práticas contábeis brasileiras (ainda que tais reservas sejam consideradas zero ou que não afete, de forma adversa e relevante, a sua capacidade de pagamento de quaisquer valores relacionados às Debêntures), manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (q) manter atualizadas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios;
- (r) celebrar qualquer aditamento a esta Escritura, desde que acordado entre as Partes, bem como registrar referido aditamento na JUCEC e nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, e da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Handwritten signature and initials, possibly "tne" and "A", with a large flourish above them.

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Corrêa 2º RTD
Fortaleza - CE



5.2. As despesas a que se refere a Cláusula 5.1.(n). acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas razoáveis de viagem e hospedagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 5.1.(n), será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

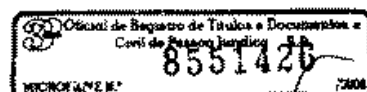
Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

Handwritten signature and initials, possibly 'JMR' and 'JMR', with a large 'P' above them.

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



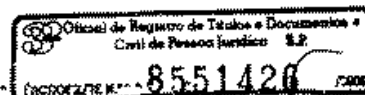
- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a regularidade da constituição das garantias das Debêntures, de que trata a Cláusula 4.5. desta Escritura de Emissão, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (k) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 2.7. da presente Escritura.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the initials 'me'.

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



- (a) Parcelas trimestrais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), vencendo-se a primeira 05 (cinco) dias após a assinatura desta Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos trimestres subsequentes,;
- (b) As parcelas serão atualizadas anualmente pelo IGPM, a partir da data de assinatura desta Escritura, sendo que no caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo por lei;
- (c) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora ou pelos Fiadores;
- (d) Os impostos e contribuições incidentes diretamente sobre os honorários (tais como ISS, , COFINS, PIS, CSLL e outros que venham a incidir) serão acrescidos à remuneração proposta às alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme já verificado nos termos da declaração acima, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEC, e o registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos referidos nesta Escritura de Emissão sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

Handwritten signature and initials.

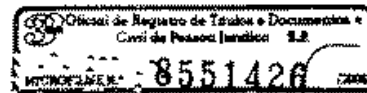
MICROFILMADO

54.9373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



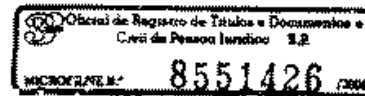
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) verificar a regularidade da Cessão Fiduciária e da Fiança, bem como o valor dos Títulos de Crédito, conforme já verificado nos termos da declaração acima, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (j) intimar a Companhia a reforçar a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (k) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das varas da Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;
- (n) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM, à CETIP e à Bovespa, no 1º (primeiro) dia útil contado da data da realização da assembléia geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da assembléia geral de Debenturistas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia;
 - f. declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Cessão Fiduciária e da Fiança; e
 - g. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - h. resgate, amortização e/ou pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - i. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - j. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na Bovespa;
 - e. na CETIP; e
 - f. na sede das instituições financeiras responsáveis pela coordenação da colocação das Debêntures.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações nos termos da Cláusula 4.19 acima, anúncio

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Contábil 2º RTD
Fortaleza - CE



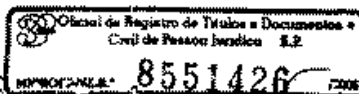
comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;

- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP e à Bovespa, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e Escriturador, a CETIP e a Bovespa a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (s) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (t) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (u) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à Bovespa e à CETIP; e
- (v) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão.

6.6. Observadas as condições desta Escritura de Emissão e sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) executar a Cessão Fiduciária e a Fiança, aplicando o produto no pagamento, integral e proporcionalmente, dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.14.1, 4.14.1.1 e 4.14.1.2 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) da Cláusula 6.6 acima se, convocadas as Assembleias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e) da Cláusula 6.6 acima, será suficiente a deliberação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias contados do evento que a determinar, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/1983 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEC junto com a presente.

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



RECIBO

Handwritten signature or mark.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.19 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da primeira convocação, ou no prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da segunda convocação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma da Cláusula 7.2., respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou aquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.5.1. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.5.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 7.5 acima:

- (a) os quorums expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) dos

Handwritten signatures and marks.

quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 4.10.3 e 4.10.4; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da Data de Vencimento e prazo das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de quaisquer alterações nas condições das cláusulas de vencimento antecipado; (h) de quaisquer alterações nas condições de amortização das Debêntures; (i) da Fiança; (j) da Cessão Fiduciária, exceto pelas alterações já previstas no Contrato de Cessão Fiduciária; ou (k) a substituição de qualquer dos Fiadores, no caso de morte, insolvência ou interdição.

Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, serão consideradas apenas as Debêntures em Circulação; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer assembléia geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas, serão consideradas Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido amortizadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, a qualquer controlada, direta ou indireta, ou a qualquer controladora, direta ou indireta, da Emissora, ou a qualquer coligada da Emissora, ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou parentes até o segundo grau, aos Fiadores e seus parentes de até segundo grau ("Debêntures em Circulação").

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

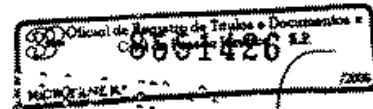
Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE

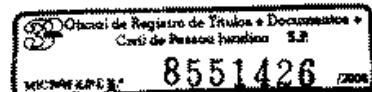


- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles criados pelo Contrato de Cessão Fiduciária, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades relevantes;
- (e) exceto conforme descrito no Prospecto da Emissão, a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora cumpriu e está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ressalvadas (i) eventuais situações especificamente descritas no Prospecto; e (ii) as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (g) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, datadas de ou relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e as informações financeiras consolidadas da Emissora datadas de ou relativas aos períodos encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas ou períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto da Emissão conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Oferta e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da

Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora e aos Fiadores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, não havendo fatos relativos à Emissora ou relativo às Debêntures não divulgados no Prospecto, cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possam afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (m) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (n) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; e
- (o) os documentos e informações fornecidos ao Coordenador Líder e seus assessores legais durante o procedimento de due diligence da Emissora para a elaboração do Prospecto são corretos e atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, de acordo com as listas de documentos apresentada e demais solicitações de documentos e informações efetuadas pelo Coordenador Líder e seus assessores legais durante referido

MICROFILMADO 3
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



procedimento de due diligence, tendo sido disponibilizadas, entre outras, (i) informações sobre todas as ações judiciais ou administrativas pendentes contra a Emissora, seus controladores e/ou controladas que, caso julgadas contrariamente, podem afetar negativamente e de forma relevante os seus resultados, e (ii) informações sobre todas as operações relevantes da Emissora e de suas controladas, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes, que estejam em vigor.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

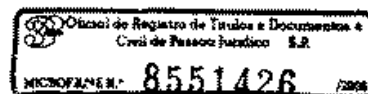
Vicunha Têxtil S.A.
Rua Ivai, 207
São Paulo – SP
CEP: 03080-900
At.: Ana Elwing
Tel.: (11) 2187-2208
Fax: (11) 2187-2140
E-mail: ana.elwing@vicunha.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Av. Paulista, 2439, 11º andar, Cerqueira César, São Paulo, SP
CEP: 01311-300
At.: Viviane Rodrigues
Tel.: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3060-9575
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser

MICROFILMADO
549373
Cartório Moraes Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Décima – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

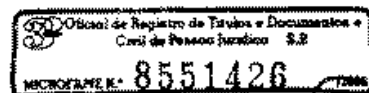
10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



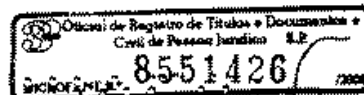
E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 06 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 18 de dezembro de 2006.

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials]

MICROFILMADO
549373
Cartório Morais Correia 2º RTD
Fortaleza - CE



[Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures Quirográficas, não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória da Vicunha Têxtil S.A.]

VICUNHA TÊXTIL S.A.

Nome: RICHARDO STEINBRUCH
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: ANA ELWING
Cargo: DIRETORA FINANCEIRA E
DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

21 DEZ. 2008
Ricardo
Ana Elwing
da verdade. NARACAHU-CE
21 DEZ. 2008
Ricardo Rodrigues de Albuquerque Neto - Tabelião
especialista da Costa Vale Albuquerque - Tabelião Subst.
Rio de Fribas Alves - Escriv. Comissariado
Regia Ferreira do Nascimento-Escriv. Comissariado

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 27/12/2008
SOB Nº: ED000485000
Protocolo: 06/080528-8
Impressão: 23 3 0801229 1
VICUNHA TÊXTIL S.A.

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETÁRIO GERAL

MICROFILMADO
549373
 Cartório Morais Correia 2º RTD
 Fortaleza - CE

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
 Civil de Pessoa Jurídica - R.E.
 AUTENTICAÇÃO Nº **8551426** /2008

[Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de Debêntures Quirografárias, não Convertíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória da Vicunha Têxtil S.A.]

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome: _____
 Cargo: **Artur M. de Figueiredo**
 Diretor

Nome: _____
 Cargo: **Viviane Rodrigues**
 Diretora

CARTÓRIO DO 169 TABELIAO DE NOTAS
 SÃO PAULO - CAPITAL
 Rua Augusta, 1638/1642 Capital - SP
 Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)
 ARTUR MARTINS DE FIGUEIREDO(236931);
 VIVIANE RODRIGUES DOS
 SANTOS(119111)
 São Paulo, 20 de dezembro de 2006.
 EM TESTE DA VERDADE.

ATO COM VALOR ECONOMICO
 COD. SEG. 5048495050484854495230505049 2
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE
 FIRMA R\$ 4,20 R\$ TOTAL R\$ 8,40
 DIGITADOR: DANIELA 14:22:21

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM 27/12/2008
 SOB Nº: ED000485000
 Protocolo: 06/080528-5
 Registro: 23 3 0001229 1
 VICUNHA TÊXTIL S.A.

HAROLDO FERNANDES ROCHA
 SECRETARIO-GERAL

MICROFILMADO
549373
 Cartório Morais Correia 2º RTD
 Fortaleza - CE

Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica - S.B.
8551426

Esta folha é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão Pública de
 Debêntures Quirográficas, não Conversíveis em Ações, com Garantias Adicionais Real e
 Fidejussórias da Vicunha Têxtil S.A.]

CARTÓRIO
 REGISTRO
 ALBUQUERQUE

LIEZER STEINBRUCH

Dorothea Steinbruch
DOROTHEA STEINBRUCH



Handwritten signature
 em 21 DEZ. 2006
 da cidade de MARACANAÍ-CE

21 DEZ. 2006
 Vereador Rodrigues de Albuquerque Melo - Joãoilson
 Alexandrina Costa Vale Albuquerque - Tereza Subst
 Sérgio de Freitas Alves - Escriv. Compromissado
 Angela Ferreira do Nascimento-Escriv. Compromissada

Testemunhas:

Handwritten signature
 Nome: **Tamara Cypriani**
 CPF: 303.611.318-54

Handwritten signature
 Nome: **Chella Cristina Aude Guimaraes**
 CPF: 303.614.318-66

32
RTD

Oficial de Registro de Títulos e Documentos
 e Civil de Pessoa Jurídica

Praca Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP

Apresentado hoje, protocolado, registrado,
 microfilmado e digitalizado sob nº 8551426

ENCARGOS: 5.625,00
 VALORES: 1.800,00
 JORNAL: 1.181,00
 REG. CIVIL: 296,00
 T. JORNAL: 216,00
 TOTAL: 8.008,00

São Paulo, 19 DEZ 2006

REL. JOSE MARIA RIBEIRO - OP. REGISTRADOR
 REL. FRANCISCO ROBERTO LOPES - OP. SUBSTITUTO

ESCRIVENTES AUTORIZADOS:

SELOS E TAXAS
 RECONHECIDOS POR VERBA

REL. SONIA MARIA L. DA SILVA
 NUBENS BENICIO GONCALVES

REL. NERES DOS SANTOS SILVA
 JACSON FORATO

TRIBUNAL DE JUSTICA
PROVIMENTO 08/97
 Emolumento 817,57
 FERMOJU 30,60
 PERC 15,60
 Nº Selo AB 419 404
 Via(s) 05
VALIDO SOMENTE COM
SELO DE AUTENTICIDADE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 27/12/2006
 Nº: 8551426
 Protocolo: 00000625-5
 Imprensa: 23.3 0201229 1
 VICUNHA TÊXTIL S.A.
MARCELO FERNANDES MOREIRA
 SECRETÁRIO-GERAL

549373
 21 DEZ 2006
CORREIA - Oficial
VIANA - Substituto
RO - Escrevente
SILVA - Escrevente